

Superior Tribunal de Justiça

AgInt na TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.956 - ES (2019/0002523-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : JOSÉ APARECIDO MONÇÃO DOS SANTOS
ADVOGADO : THIAGO CORONA ALVES - ES012791
AGRAVADO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA
OUTRO NOME : EMESCAM ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA
ADVOGADO : DIEGO PEIXOTO SANTOS COSTA - ES021472

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OBTENÇÃO DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE CONCLUSÃO DO CURSO. SUMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece da suposta contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte recorrente não indica pormenorizadamente os vícios que inquinam o acórdão recorrido, limitando-se a apresentar razões genéricas para tanto. Incide no ponto a Súmula 284/STF, por analogia.

2. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da não conclusão pelo recorrente do internato em clínica médica e a reprovação no internato de pediatria, foi firmada com base nas provas dos autos e no laudo de expert. Assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. A mera transcrição de ementas de julgados supostamente favoráveis a tese defendida, sem a realização do necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e a constante do aresto impugnado, não são suficientes para configurar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos nos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, do Regimento Interno do STJ. Precedentes.

4. Agrado interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

